

# CEDI

## Povos Indígenas no Brasil

Fonte:

*Estado de São Paulo*

Class.:

Data:

*03.10.83*

Pg.:

*3-10-83 FSP*

### Juruna e as diretas

O julgamento do deputado Mário Juruna pela mesa da Câmara, hoje, coincide com a passagem do 23º aniversário da última eleição direta de um presidente da República no Brasil — a singular figura de Jânio Quadros.

Há como vincular-se uma coisa a outra. Alguns dos que defendem o atual processo indireto com sinceridade e muitos que o fazem por interesses reagem à volta da escolha direta com base em dois argumentos: esse método tem um grande potencial gerador de crises e o povo brasileiro não está preparado para escolher bem seus representantes.

Escolher bem, para certos teóricos do situacionismo, é excluir do processo político elementos aculturados, exóticos, cantores ou outras figuras mais autenticamente vinculadas ao povo. Esses teóricos deixam à margem de qualquer avaliação os representantes do poder econômico — nacional e estrangeiro —, os detentores das benesses oficiais e outros espécimes do novoriquismo estabelecido no País.

Quer dizer: escolher bem seria, de certo modo, subverter os princípios da representatividade em favor de critérios elitistas, nos seus componentes de classe, de comportamento e até de estética.

O outro pretexto antieleição direta é sua vinculação à idéia de crise. Aí o argumento se apresenta como de extrema incoerência e fragilidade. Afinal, em toda a nossa história, o

### Brasília

Brasil certamente nunca viveu uma crise tão grande quanto a presente. Uma crise econômico-social e política que, de tão plena, gera tantas outras crises como a cultural, a ética, a de credibilidade, a semântica e a de tolerância.

A autenticidade, como todas as manifestações da natureza humana, pode, eventualmente, apresentar efeitos negativos. Entretanto, a capacidade popular de escolha dos governantes e legisladores só poderá ser aquilutada de forma equânime no dia em que o povo tiver a oportunidade de decidir em torno do poder maior, o federal, que, por extremamente centralizado — e às vezes até onipresente — criou graves e inegáveis deformações no processo político e na vida nacional como um todo.

O extraordinário acréscimo de popularidade atribuído ao deputado Juruna pela reação dos ministros talvez até agrave os temores quanto à volta do pleito direto, mas isso é descabido. Na eleição de Juruna para a Câmara certamente influíram, além do respeito à sua autenticidade, fatores como o desencanto, o protesto e a irreverência dos cariocas. Numa eleição presidencial, contudo, Juruna não é fantasma que se deva temer, inclusive porque ele já proclamou a quem interessar: para ele basta a vice-presidência. (Marcondes Sampaio)

### Dever e intimidação

O caso Juruna está perfeita e integralmente identificado como artificiosa montagem, a partir das destrambelhadas declarações do deputado, para pressionar o Congresso e criar um confronto entre o Legislativo e a instituição militar.

Sabe-se que pelo menos alguns dos ministros fardados deram pouca importância ao episódio, mas foram formalmente solicitados pelo general Figueiredo a agirem como passaram a agir. Verificou-se, também, que a posição do ministro do Exército alterou-se, para pior, passando o general Otávio Resende a seguir a voz de comando do diplomata Carlos Atila, possivelmente um reservista de quarta categoria. Quanto aos civis com pastas ministeriais, estão, quase todos, no pleito para enfeitar o buquê, embora sejam bem pouco decorativos. A manobra concebida não se sabe por quem, embora seja fácil de imaginar os cérebros de que pôde sair, precisava, a fim de tentar salvar aparências, despersonalizar-se, isto é, incluir todos os ministros, para que o famoso xavante pudesse ser acusado de atentar contra as instituições...

Tudo isso é simplesmente ridículo e indica o grau de subserviência de titulares tangidos como colegiais, cumprindo o que a maior parte deles considera exagero, mas não os impede de "fazer tudo que seu mestre mandar". Como disse o senador Nilo Coelho, acusações muito mais graves têm sido proferidas nas tribunas legislativas, sem que delas se procurasse extrair iguais consequências. O motivo é, porém, bem simples: o governo entrara, agora,

### Rio de Janeiro

em um processo de rápido isolamento e de desagregação nas próprias fileiras, e se encontra na expectativa de rude derrota parlamentar no caso do decreto-lei 2.045. Tenta, por isso, reorganizar suas hostes a qualquer preço, ainda que isso possa custar o aumento da influência dos autoritaristas em desespero.

Cabe à Câmara dos Deputados recusar, redondamente, a injustificável cassação de Mário Juruna e enfrentar com firmeza as consequências desse ato de soberania que lhe é imposto por seus próprios deveres constitucionais. Será aceitável, por outro lado, que aplique ao deputado faltoso punição que não seja meramente simbólica, em vista da gravidade do seu destempero, e, sobretudo, pela necessidade política de anular os efeitos do toque de reunir do Planalto. Pessoalmente, Juruna já amorteceu a investida, dando aos que de fato se sentiram insultados satisfação que seria tida como boa em qualquer pleito judiciário.

Depois disso e de uma atitude compatível da mesa da Câmara, nada mais caberá reclamar ou postular que não seja diretamente voltado a intimidar o Congresso. Então, se esse ceder será muito pior. O artifício do caso Juruna permite verificar, outra vez, que a liberalização e a democratização do País só podem subsistir como conquistas e jamais como dádivas. (Newton Rodrigues)

### Salvar a pele do índio

Voltando ao caso Juruna, alvo da revolta coletiva do Olimpo nacional, convém dar um bom puxão de orelhas no PDT, um partido que levou às urnas um índio xavante e não tratou de ensinar a ele as regras de como viver bem em sociedade de branco (mas não muito). Levar ao Congresso representantes das minorias raciais acarreta alguns ônus que nenhum partido tem o direito de ignorar. No caso em tela, o PDT já deveria ter ensinado o mínimo indispensável para que um índio sobrevivesse na "jungle" de uma abertura claudicante, uma espécie de beabá ao estilo Mobrai. Tivesse feito isso e Juruna não estaria hoje na iminência de ter o seu mandato cassado, uma vez que, falando mal o português, chamou cidadãos probos de ladrões. Pudessem ele falar a sua língua da tribuna da Câmara, isso seria evitado, pela simples razão de que ninguém entende xavante, nem existem tradutores para tal língua.

Perante a opinião pública que assiste o espetáculo, Juruna — o lado fraco da corda — é o mocinho e o Ministério — o lado forte — é o bandido. Não por endossar o que teria dito o índio, mas pela diferença de tratamento que ele vem tendo, talvez por ser índio, por parte das mulheres de César. O PDT possui em seus quadros grandes mestres de ciências políticas,

### Porto Alegre

pedagogos e parlamentares veteranos. Assim, conseguindo Juruna sair da entaladela em que se encontra, devia ser instruído quanto à maneira de dizer as coisas.

Há temas que poderão ser abordados por ele, se sair com vida das setas oficiais, sem o menor perigo. Para citar alguns, já que não dispomos do espaço de uma Enciclopédia Britânica, Juruna poderia levar para sua tribuna o caso das polonetas, assunto que foi exaustivamente abordado pela imprensa, repleto de documentos e provas que sustariam qualquer sentença em contrário de um tribunal dos tempos da Inquisição. O caso Capemi, por exemplo, onde as provas superam os crimes. A madeira de Tucuruí. O caso do Riocentro. Da bomba na OAB. O caso Brastel-Coroa. Os negócios plenos de lisura da Delfin. E assim por diante.

Aprendendo a linguagem dos brancos, seus senhores, Juruna vai conseguir chegar ao fim de seu mandato, sem raios nem trovoadas. Um pouco do "Essai de Semantique", do frei Michel Breal, vinha a calhar para que um índio saísse com vida do "saloon". (Josué Guimarães)